

Município da Ribeira Grande

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

2012

Introdução

O Município da Ribeira Grande apresenta demonstrações financeiras consolidadas relativas a 31 de Dezembro de 2012, com base na Portaria 474/2010, que estabelece no ponto 5, que “As demonstrações financeiras consolidadas devem refletir a consolidação de contas das entidades pertencentes ao grupo público, assente no conceito de controlo e presunção de controlo”. As contas consolidadas incluem o balanço e da demonstração dos resultados consolidados com os respetivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo”.

I – Informações relativas às entidades no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

Nota 1 – Entidades incluídas na consolidação

Entidade	Sede	Objeto Social	% Capital	Motivo
Município de Ribeira Grande	Largo Conselheiro Hintze Ribeiro, Ribeira Grande	Administração Local	---	a)
Ribeira Grande Mais – Empresa Municipal de Habitação Social, Requalificação Urbana e Ambiental, Unipessoal, S.A., E.M.	Rua da Estrela, 31, Conceição, Ribeira Grande	Desenvolvimento, implementação, gestão, exploração de infra-estruturas e condições para a promoção social, requalificação urbana e ambiental no concelho da Ribeira-Grande, incluindo a criação, construção, remodelação, gestão e exploração de espaços e equipamentos desportivos, de lazer e turismo e zonas balneares e a organização de eventos e atividades nestes espaços e equipamentos; aquisição de imóveis necessários ao desenvolvimento do seu objeto.	100%	b)
Fundação para o Desenvolvimento Sócio-Profissional Cultural de Ribeira Grande	Rua Nossa Sra. de Fátima, Rabo de Peixe, Ribeira Grande	Promoção e desenvolvimento da educação, da cultura e da qualificação profissional dos recursos humanos.	100%	b)

Motivo de inclusão no perímetro de consolidação:

- a) Empresa mãe;
- b) Entidade controlada a 100% pelo Município.

Nota 2 – Entidades associadas a empresas incluídas na consolidação

Entidade	Sede	Objeto Social	% Capital
SDRG- Sociedade de Desenvolvimento de Habitação Social da Ribeira Grande, S.A.	Rua da Estrela, 31, Conceição, Ribeira Grande	Desenvolvimento, implementação, construção, gestão e exploração da habitação social no concelho de Ribeira Grande, bem como a aquisição e alienação de imóveis, no âmbito de projetos de requalificação urbana e necessários ao desenvolvimento do seu objeto.	49%

Estas entidades foram incluídas no perímetro de consolidação por se entender que apesar de serem detidas indiretamente pelo Município este detém uma influência significativa sobre as mesmas e tem responsabilidade subsidiária sobre os seus passivos.

Nota 3 – Entidades consolidadas pelo método proporcional

Entidade	Sede	Objeto Social	% Capital	Motivo
EIRSU – Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel, EIM	Rua El-Rei D Carlos I, nº 27, 1º Esq., Ribeira Grande	Desenvolvimento de sistemas de abastecimento de águas, de sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas, de sistemas de limpeza pública e de recolha e transporte de resíduos sólidos, de desenvolvimento e inovação empresarial e de requalificação ambiental	33%	a)

Motivo de aplicação da consolidação proporcional:

- a) Empreendimento conjunto com as Autarquias de Lagoa e Vila Franca do Campo, em que cada uma detém 33% e controlam conjuntamente a entidade.

II – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

Nota 4 – Insuficiências das normas de consolidação

Não existindo normas específicas de consolidação de contas em ambiente POCAL, foram utilizadas as normas estabelecidas no Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho do Plano Oficial de Contabilidade, com as exceções indicadas na Nota 5.

Nota 5 – Derrogação às normas de consolidação

O POCAL não prevê a aplicação do método de equivalência patrimonial, mas apenas a redução da quantia escriturada quando a quantia recuperável da participada é inferior.

III. Informações relativas a compromissos

Nota 6 – Compromissos financeiros não evidenciados no balanço consolidado

O Município no seu Balanço incorpora todos os compromissos financeiros, com exceção dos que constam da nota seguinte do anexo relativa a garantias prestadas pelo Município, cujo compromisso só será de relevar se houver acionamento da respetiva garantia.

Nota 7 – Responsabilidades por garantias prestadas

- Carta - Conforto pela Câmara Municipal de Ribeira Grande para garantia de todas as responsabilidades assumidas.

IV. Informações relativas a políticas contabilísticas

Nota 8 – Critérios de valorimetria

Bens de Domínio Público

Os bens de domínio público adquiridos até 31 de Dezembro de 2000 foram valorizados pelo método do custo ou do valor de substituição/reposição, o qual corresponde ao cálculo do montante que seria necessário para construir o imóvel em estado novo, com materiais equivalentes aos que foram utilizados na origem, corrigido da depreciação sofrida até a data de avaliação.

Na avaliação dos terrenos subjacentes às frações, fogos habitacionais ou comerciais foi utilizado o método de mercado, que corresponde à avaliação do preço corrente de mercado. Entende-se por valor atual dos bens o seu valor em estado novo, deduzido da depreciação ocorrida à data da avaliação.

Para os bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2001, na valorização dos bens de domínio público foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas foram valorizadas ao custo de aquisição e são amortizadas pelo período de vida útil que esteja estipulado.

Imobilizações corpóreas

Bens adquiridos até 31 de Dezembro de 2000:

A avaliação dos bens imóveis foi realizada de acordo com o método do custo ou o método de mercado (conforme o descrito para os Bens de Domínio Público). Para os bens móveis, utilizou-se como regra o critério do custo histórico e, nos casos em que tal era impossível, recorreu-se a uma avaliação por comparação a bens já avaliados, com as mesmas características.

Para os bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2001 foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção. No Município para alguns bens obtidos a título gratuito considerou-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos legais.

As amortizações da generalidade dos bens do activo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, pelo que os bens terminados ou adquiridos no exercício de 2012 sofreram a primeira amortização no presente ano económico.

No caso das empresas municipais e entidades participadas, as amortizações dos bens de imobilizado são calculadas por aplicação das taxas máximas conforme previsto no Decreto Regulamentar aplicável.

É de referir que no processo de consolidação não foi realizada a harmonização de taxas aplicadas pelas empresas municipais e entidades participadas com as utilizadas pelo Município.

Investimentos financeiros

Os Investimentos Financeiros foram contabilizados pelo Método da Equivalência Patrimonial, tendo os seus efeitos sido anulados nas operações de Consolidação.

Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas pelo custo de aquisição.

Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Quando haja um significativo risco de cobrança são efetuados ajustamentos para refletir a potencial perda.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

Especialização de Exercícios

Os custos e proveitos são registados quando incorridos ou obtidos, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

Locação Financeira

Os activos adquiridos por locação financeira são incluídos no activo da entidade e o valor em dívida no passivo, sendo os bens objeto de depreciação e os juros reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

V. Informações relativas a determinadas rubricas

Nota 9 – Movimentos ocorridos nas rubricas de activo imobilizado

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do activo imobilizado podem ser resumidos como segue.

Activo Bruto

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliações	Aumentos	Reduções	Tr. e abates	Saldo final
Bens de domínio público						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios						
Outras construções e infra-estruturas	48.873.840		465.475		24.002	49.363.318
Bens do pat. histórico, artístico e cultural	32.185		0		0	32.185
Outros bens de domínio público	702.543		0		19.828	722.370
Imobilizações em curso	5.611.945		407		-21.819	5.590.534
Adiantamentos por conta						
	55.220.513	-	465.882	-	22.011	55.708.406
Imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação						
Despesas de investigação e desenvolv.	1.091.281		48.842			1.140.123
Propriedade industrial e outros direitos	11.443		2.545			13.988
Imobilizações em curso	80.817					80.817
Outras Imobilizações Incorpóreas	0					0
	1.183.540	-	51.387	-	-	1.234.927
Imobilizações Corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	7.898.474		0		-73.846	7.824.628
Edifícios e outras construções	82.782.651		1.584.941	-3.278	3.536.101	87.900.415
Equipamento básico	1.489.589		49.741	-105.904		1.433.426
Equipamento de transporte	1.524.378		13.774			1.538.153
Ferramentas e utensílios	92.303		12.002			104.305
Equipamento administrativo	2.740.620		47.658			2.788.278
Taras e vasilhames						
Outras imobilizações corpóreas	321.525		18.235			339.760
Imobilizações em curso	7.922.387		3.533.686		-3.484.163	7.971.910
Adiantamentos por conta						
	104.771.928	-	5.260.037	- 109.182	-21.908	109.900.874
Investimentos Financeiros						
Partes de capital						0
Obrigações e títulos de participação						
Investimentos em imóveis						
Outras aplicações financeiras						
Imobilizações em curso						0
Adiantamentos por conta						
	0	-	-	-	0	0
TOTAL	161.175.981	-	5.777.307	- 109.182	102	166.844.208

Amortizações e ajustamentos

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Anulação/ Reversão	Saldo final
Bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios				
Outras construções e infra-estruturas	2.078.895	355.604		2.434.499
Bens do pat. histórico, artístico e cultural	2.762	460		3.222
Outros bens de domínio público	384	77		461
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta				
	2.082.041	356.142	-	2.438.182
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação				
Despesas de investigação e desenvolv.	214.013	12.724		226.737
Propriedade industrial e outros direitos	6.826	0		6.826
Imobilizações em curso				0
Outras Imobilizações Incorpóreas				
	220.839	12.724	0	233.563
Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	59	0		59
Edifícios e outras construções	7.547.827	1.682.262		9.230.089
Equipamento básico	1.071.659	133.735	-2.976	1.202.418
Equipamento de transporte	967.577	130.296	-100.030	997.844
Ferramentas e utensílios	60.973	10.891		71.865
Equipamento administrativo	2.279.746	139.310		2.419.056
Taras e vasilhames				
Outras imobilizações corpóreas	100.542	38.134		138.676
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta				
	12.028.383	2.134.629	-103.006	14.060.007
Investimentos Financeiros				
Partes de capital				0
Obrigações e títulos de participação				
Investimentos em imóveis				
Outras aplicações financeiras				
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta				
	-	-	-	-
TOTAL	14.331.262	2.503.495	-103.006	16.731.752

Nota 10 – Dívidas a terceiros vencíveis a mais de cinco anos

O Grupo apresenta as seguintes dívidas com um prazo de pagamento superior a 5 anos.

Entidade	Empréstimos	Entidade Credora	Valor do empréstimo	Data de Vencimento	Capital em dívida
Município da Ribeira Grande	Comparticipação da Câmara no Empréstimo contraído pela AMISM para o Aterro Sanitário	BANIF	369.909	01-06-2019	144.892
	Financiamento 41,02% 37 fogos Ribeirinha	BANIF	1.234.079	30-10-2027	892.493
	Financiamento 17,96% e 20% R. e R.S.	BANIF	811.900	29-11-2027	524.352
	Financiamento 20% 48 fogos R. Peixe	BANIF	191.529	29-11-2027	123.696

Rateio previsto no nº 3 do artigo 19º da Lei nº 55-B/2004, de 30 de Dezembro	BANIF	1.021.953	24-05-2017	459.878
Financiamento de 40% 26 fogos de R. Peixe nos termos DL 110/85 de 17 de Abril e Portaria 1149/01 de 29 de Setembro	BCP	1.037.389	30-06-2035	1.037.389
Financiamento de 20% 26 fogos R. Peixe - Parte dos Capitais Pps	BCP	511.411	30-06-2035	511.411
Financiamento 40% 15 fogos Ribeira Seca	BPI	543.057	25-10-2027	348.889
Financiamento 40% 48 fogos Rabo de Peixe	BPI	1.702.289	21-11-2027	1.166.214
Rateio previsto no nº 2 do artigo 53º da LOE/2011	BESA	896.428	29-02-2037	896.428
Habitação (50%) de 6 habitações Unifamiliares - Loteamento de Sta Luzia	CGD	87.374	26-02-2023	48.771
Habitação (50%) de 16 fogos Loteamento de Sta Luzia	CGD	242.705	11-01-2024	146.013
Financiamento 40% valor de aquisição dos fogos já construídos (10 Doma e 29 Rpeixe), nº9 do artigo 33º da LOE/06	CGD	1.552.056	31-05-2032	1.248.360
Financiamento Cap. Pp. valor de aquisição dos fogos já construídos (10 Doma e 29 Rpeixe), nº9 do artigo 33º da LOE/06	CGD	334.237	01-03-2032	279.742
Empréstimo no âmbito do Decreto-Lei nº 110/85, de 17 de Abril e Portaria nº 1149/01 de 29 de Setembro, para aquisição de 3 fogos na Ribeirinha	CGD	102.478	16-02-2034	89.691
Financiamento do valor dos Cap. Pps. Na aquisição de 47 fogos em Rabo de Peixe e 3 fogos na Ribeirinha	CCAM	816.571	13-01-2034	763.321
PREDE - Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado	DGTF	800.000	11-08-2019	800.000
PAEL - Programa de Apoio à Economia Local	DGTF	1.434.848	16-11-2022	1.434.848
SDRG Empréstimo 9015 005355 9 91	CGD	14.600.309	01-10-2032	16.209.693
Empréstimo 9015 005969 7 91	CGD	2.409.526	01-10-2032	

Nota 11 – Vendas e prestações de serviços por atividades e mercados geográficos

A totalidade das vendas e prestações de serviços, no montante de 3.028.551 euros realizaram-se no mercado interno.

Nota 12 – Situações que afetem significativamente os impostos futuros

As Empresas Municipais e entidades participadas encontram-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 17,50% sobre a matéria colectável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente. O Município de Ribeira Grande está isento de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e eventual correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social). Deste modo as declarações fiscais dos últimos cinco anos poderão ainda ser sujeitas a revisão, embora as empresas municipais e as entidades participadas não antevejam situações que possam originar correções significativas.

Nota 13 – Remunerações atribuídas aos órgãos sociais da entidade-mãe

As remunerações certas e permanentes de titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos do Município de Ribeira Grande totalizaram 90.604,99 Euros em 2012.

Nota 14 – Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Contas	Custos e perdas	2012	2011
681	Juros suportados	712.804	827.548
682	Perdas em entidades participadas		
683	Amortizações de investimento em imóveis		
684	Provisões para Aplicações Financeiras		
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis		
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria		
688	Outros custos e perdas financeiros	37.260	46.723
	Resultados financeiros	-704.779	-751.944
		45.285	122.328

	Proveitos e ganhos	2012	2011
781	Juros obtidos	9.171	5.350
782	Ganhos em entidades participadas	0	
783	Rendimentos de imóveis	36.113	68.418
784	Rendimentos de participações de capital	0	48.557
785	Diferenças de câmbio favoráveis		
786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0	2
787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
788	Outros proveitos e ganhos financeiros		
		45.285	122.328

Nota 15 – Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Contas	Custos e perdas	2012	2011
691	Transferências de capital concedidas	639.779	993.570
692	Dívidas incobráveis	0	0
693	Perdas em existências	55.901	147.579
694	Perdas em imobilizações	6.455	23
695	Multas e penalidades	0	0
696	Aumentos de amortizações	0	0
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	265.864	19.542
698	Outros custos e perdas extraordinárias	282.780	295.444
	Resultados extraordinários	1.176.840	1.347.900
		2.427.618	2.804.058

	Proveitos e ganhos	2012	2011
791	Restituição de impostos	0	0
792	Recuperação de dívidas	3.087	3.542
793	Ganhos em existências	67.120	149.066
794	Ganhos em imobilizações	36.057	69.006
795	Benefícios de penalidades contratuais	27.368	43.187
796	Reduções de amortizações e provisões	289.363	0
797	Correcções relativas a exercícios anteriores	62.826	486.191
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.941.797	2.053.065
		2.427.618	2.804.058

Nota 16 – Desdobramento da conta de provisões e movimentos do exercício

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Anulação/Reversão	Saldo Final
Cobrança Duvidosa	412.161	79.447	292.450	199.157
TOTAL	412.161	79.447	292.450	199.157

Nota 17 – Bens utilizados em regime de locação financeira

Designação dos Bens	Valor em Dívida
Imóveis	
Viaturas Serviço Águas	
Terrenos e Edifícios	
Equipamento Transporte	26.969
	26.969

Nota 18 – Outras informações exigidas por diplomas legais

Obrigações / Pagamentos							
Origem	Destino	Tipo de fluxos	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações ao exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	6= (2+3) - (4+5)
MRG	RG+, E.M	Transferências e Subsídios	235.159	1.116.712		1.343.264	8.607
MRG	FUNDAÇÃO	Transferências e Subsídios	0	117.000		117.000	0
SDRG	RG+, E.M	Rendas	0	1.011.708		910.531	101.177
EIRSU	MRG	Prestações de Serviços	503.539	597.277		685.503	415.313
Total			738.698	2.842.697	0	3.056.298	525.097

Nota 19 – Outras informações

Desagregação do endividamento consolidado de médio e longo prazo

Dividas a terceiros de médio/longo prazo				
Designação das Contas	Município da Ribeira Grande	Ribeira Grande Mais, E.M	SDRG, S.A	Total
Empréstimos de médio Longo Prazo	12.246.179	0	16.209.698	28.455.877
Total	12.246.179	0	16.209.698	28.455.877